

2.

Base Nacional Comum Curricular e o acirramento de interesses privatistas na educação pública: a resistência a partir da pedagogia histórico-crítica*

Rafaela Cristina Johann¹

Apresentação

A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental deu-se no ano de 2017. Sucessivamente, em 2018, após a aprovação da Reforma do Ensino Médio, legitimada a partir da Lei nº 13.415, a BNCC para essa etapa também foi aprovada.

A criação da base justifica-se pela necessidade de se levar a todas as instituições escolares os direitos e os objetivos de aprendizagem que devem ser ofertados aos alunos da Educação Básica. O documento aprovado adota para a reformulação dos currículos escolares em nível nacional uma concepção pautada em competências e habilidades para consolidar interesses.

Em linhas gerais, é importante destacar que a BNCC contou com a participação assídua da rede privada no seu processo de elaboração. Desde então, o setor privatista, fundações, movimentos empresariais e demais setores do ramo econômico esforçam-se para tornar esse documento uma realidade dentro das escolas e dos processos formativos, principalmente voltados à educação pública.

Para tecer considerações, é oportuno destacar a disputa de poder existente no âmbito político. À luz desse quadro, Moreira (2018, p. 201) assevera que as políticas “[...] não são apenas as ações que emanam do Estado, mas devem ser entendidas como um processo político que envolve negociações na arena de lutas de classes antagônicas, exigindo con-

*DOI – 10.29388/978-65-81417-72-7-0-f.45-70

¹ Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, professora de educação infantil pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da região Oeste do Paraná – HISTEDOPR na UNIOESTE. E-mail: rafaelajohann@hotmail.com.

testação e disputa entre grupos com interesses adversos.”. Sendo a política a esfera que consolida esses embates, consideramos ser necessária, ao mesmo tempo em que se discutem suas especificidades, a compressão do contexto de lutas de classes existentes ao longo da história.

Neste sentido, anunciamos que o texto a seguir tem o intuito de provocar a reflexão sobre as bases conceituais de uma BNCC alicerçada nos preceitos privatistas, exemplificando algumas medidas que contribuem para o avanço de princípios e projetos hegemônicos pensados para a formação das futuras gerações. Nesta direção, para além de uma pesquisa bibliográfica e documental, recorreremos a alguns *sites* jornalísticos e analisamos algumas reportagens e escritos para dialogar e apresentar a visão de demais especialistas sobre os temas a serem discutidos nesta produção.

Atentos aos ditames hegemônicos, propomo-nos nesta produção – respaldados na pedagogia histórico-crítica, que está fidedignamente sustentada no materialismo histórico-dialético – a nos contrapormos a essas perspectivas dominantes, promovendo o debate sobre a resistência a ser feita aos mecanismos alienantes que preveem o controle e a degradação da formação da classe trabalhadora.

1. Base Nacional Comum Curricular: os indicativos privatistas para compor uma base por competências

A BNCC é um documento de caráter normativo que contempla em seu núcleo a pedagogia das competências. Diante disto, e para seus efeitos, a base acolhe dez competências gerais a serem desenvolvidas durante a trajetória escolar dos sujeitos na Educação Básica.

A pedagogia das competências revela certa necessidade de articular as mudanças comportamentais à sua aplicação, preponderando a garantia de sua utilização em espaços educativos na formação das novas gerações. Mediante tal concepção, sobressai um processo de ensino firmado para o mercado de trabalho, fortalecido na perspectiva tecnicista para preparar os sujeitos para ações permissíveis às demandas e aos interesses econômicos (MALANCHEN; SANTOS, 2020).

No plano de fundo de uma pedagogia de cunho liberal, o aluno não somente entra em contato com sistemas técnicos, como, também, forma-se por meio de um ensino condicionante pautado em papéis

sociais firmados em normas e valores. Do ponto de vista curricular, a pedagogia das competências advoga pela redução dos conteúdos para dar ênfase aos elementos aprisionados ao cotidiano, fortalecendo projetos que desqualificam o desenvolvimento do pensamento crítico. Nesse cenário, encaminha-se o sujeito a uma jornada acadêmica que prima pelo exercício do treino, atendendo à demanda do sistema produtivo.

Em estudo anterior, ao analisar os pressupostos das pedagogias das competências, verificamos a aproximação da sua base conceitual aos interesses do capital. A agenda neoliberal tem se esforçado para fazer valer as políticas de desmonte que precarizam a formação integral dos trabalhadores, reservando a eles o conhecimento em doses mínimas e fragmentadas. Tal esforço consiste em dispor, principalmente para a educação pública, apenas o necessário para que se possa formar sujeitos meramente adaptáveis aos mecanismos do sistema capitalista (JOHANN, 2021).

Atentos ao que indica a BNCC e aos trajetos que promoveram a sua homologação, cumpre expor que o documento que hoje está sendo implementado em todo o Brasil movimenta-se mais pelo empenho do sistema privado do que pelo próprio Ministério da Educação (MEC). Nesse cenário, destacamos que o índice de procura por vagas em escolas públicas tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, abrangendo uma grande “clientela” para essas instituições e aumentando a arrecadação do setor privado na venda de materiais didáticos, kits pedagógicos e cursos de capacitação, entre outros produtos vendidos ao Estado e que geram lucro aos empresários. Na atualidade, o aumento dessa demanda deu-se como resultado das consequências da pandemia².

Em consulta ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Souza e Evangelista destacam que:

Esse avanço vem sendo programado há muito tempo, mas só agora encontrou as condições objetivas para ser apontado como grande solução e, principalmente, universalizado nas redes públicas e privadas de ensino que compoortam, nada mais nada menos, que 47,9 milhões de

² Em 2019 foi emitido alerta mundial que acusava a existência de um vírus com alto poder de contaminação. Sua propagação foi célere e interrompeu a vida de milhões de pessoas pelo mundo todo. No Brasil, a Covid 19 matou mais de 600 milhões de pessoas; muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas se o governo brasileiro estivesse realmente comprometido com a causa e com o bem da sua população. Retrocessos e negacionismos foram a pauta do governo Bolsonaro, promovendo a acentuação da crise econômica, sanitária, social e educacional.

matrículas e 2,2 milhões de docentes em 180,6 mil escolas. (SOUZA; EVANGELISTA, 2020, n.p.).

Formulada para ser uma referência na construção dos currículos escolares em nível nacional, a BNCC tem sido um instrumento de conformação para os profissionais da educação, regrado pelo viés dos *rankings* que medem a qualidade do ensino. Nessa propositura, os sistemas avaliativos com as matrizes revisadas a partir do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), contempladas na base, indicam o fortalecimento das avaliações de larga escala enquanto dispositivo direcionador daquilo que se ensina nas escolas, abrindo caminhos para a redução do próprio currículo. Inversamente, o que ocorre é o ordenamento dos currículos “[...] num pretenso processo de melhoria educacional, que começa pelo ‘final’, ou seja, pela avaliação.” (CORRÊA; MORGADO, 2018, p. 4).

Padronizado e flexibilizado, o currículo tende a atender às demandas de grande parte dos seus formuladores. É oportuno ressaltar que, no percurso de construção do documento BNCC, a participação ativa de empresas, representantes de fundações, institutos e filantropos foi uma realidade que se estendeu desde as primeiras discussões até a atualidade, em que vivenciamos o processo de implementação da matéria.

Não por acaso que organismos internacionais como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e OCDE apoiam a BNCC enquanto medida para reconfigurar a educação brasileira. Posto isso, ressaltamos que a trajetória das organizações internacionais é marcada pela incansável busca da perpetuação dos preceitos do capital, cujos esforços somam-se às requisições da abordagem neoliberal com vistas a fortalecer sua causa.

Em síntese, podemos afirmar que as estratégias adotadas e indicadas por esses organismos, principalmente quando voltadas a países em desenvolvimento, têm feito avançar as desigualdades existentes, que geram miséria e precarizam o sistema de serviços públicos utilizados, em grande parte, por aqueles que possuem condições restritas de sustento.

Somando a esta discussão, ao analisar a concepção de competências em relevo no documento, recorreremos a Accioly e Lamosa (2021), que indicam que, a partir do relatório do Banco Mundial

nomeado *The Changing Nature of Work*, é possível visualizar a referência a um grupo de competências consideradas indispensáveis na formação dos trabalhadores, sendo elas: perseverança, colaboração, empatia, trabalho em equipe, adaptação, gerenciamento de emoções, capacidade de resolução de conflitos, força de vontade, coragem para correr riscos e comprometimento com o trabalho (WORLD BANK, 2019, *apud* ACCIOLY; LAMOSA, 2021). Nos termos indicados, entende-se que a ponta de lança das competências na BNCC são as chamadas competências socioemocionais, que, de modo oportuno, servem para monitorar a personalidade humana.

O Instituto Ayrton Senna (IAS) tem colaborado efetivamente para a propagação das competências socioemocionais. A partir de suas convicções, o instituto destaca o conjunto de competências como sendo a “[...] capacidade de mobilizar, articular e colocar em prática conhecimentos, valores, atitudes e habilidades para se relacionar com os outros e consigo mesmo, assim como estabelecer e atingir objetivos, tomar decisões e enfrentar situações adversas ou novas.” (INSTITUTO AYRTON SENNA, s.d., p. 4).

Advogando pela tese de que tais competências assumem papel fundamental no desenvolvimento integral dos estudantes, o IAS entende que o trabalho voltado a tal proposição deve superar o conteudismo predominante nos currículos escolares. Com efeito, o instituto elenca cinco áreas de domínio das competências socioemocionais, também entendidas como cinco macrocompetências, sendo elas: amabilidade, abertura ao novo, autogestão, engajamento com os outros e resiliência emocional. Vale ressaltar que essas áreas são utilizadas pelo IAS, inclusive, para fundamentar documentos construídos com sua parceria, como é o caso do Plano Estratégico 2019-2022 – São Paulo (SEDUC, 2019).

Para além dessa referência, o instituto propõe essa abordagem para integrar os currículos a partir de uma “[...] matriz de competências para o século 21 que combina aspectos socioemocionais e cognitivos de modo a explicitar qual a visão de estudante que se pretende desenvolver.” (INSTITUTO AYRTON SENNA, s.d., p. 9). De acordo com o texto publicado pelo instituto, os componentes curriculares passarão a priorizar as seguintes competências: pensamento crítico; criatividade; autoconhecimento; colaboração; comunicação; responsabilidade; abertura para o novo e resolução de problemas.

A Revista Nova Escola também tem trabalhado efetivamente para contribuir com o processo de implementação da BNCC e o faz por meio da elaboração e da divulgação de matérias e propostas voltadas ao público docente. Em uma de suas publicações a respeito das competências socioemocionais, a revista resgata a participação de Pamela Bruening na Bett Educar³, a qual afirma que “Se as crianças aprendem habilidades socioemocionais, elas vão ter consciência de quem são, quais são seus pontos fortes, como se desenvolver e trabalhar nessas áreas. Se queremos alunos mais engajados, é o que temos de fazer.” (YOSHIDA, 2018, n.p.).

Diante disto, indica-se que a escola deve considerar a necessidade de articulação entre a família e a comunidade na programação de atividades que envolvem a aprendizagem dos alunos a tais competências, com destaque para o desenvolvimento da autoconsciência, o autogerenciamento, a consciência social, as habilidades de relacionamento e a tomada de decisão responsável (YOSHIDA, 2018).

Em uma perspectiva nutrida pela defesa do protagonismo do aluno e o seu futuro no mercado de trabalho, é feita a alusão aos avanços dos níveis acadêmicos dos estudantes a partir do trabalho fundamentado nas abordagens socioemocionais, que vão desde a sala de aula/escola, família, até a comunidade.

Sem embargo, o periódico faz a afirmação de que a instituição escolar deve contemplar essas cinco grandes competências e deve, ainda, garantir que os professores saibam lidar com tais abordagens:

A implementação, porém, depende muito da mudança de atitude dos professores e formadores, segundo ela. Pamela enfatiza que não adianta ensinar aos alunos valores e crenças que falam diretamente a seu coração, se o próprio profissional não as exercita em seu dia a dia. “Você será acusado de hipocrisia”, avisa. (YOSHIDA, 2018, n. p).

É oportuno destacar nesta produção que a Revista Nova Escola está articulada com a Fundação Lemann desde a formulação da primeira versão da BNCC. Nesse cenário, tem atuado para convencer seu público (professores e profissionais da educação) sobre a importância de se acolher a base. Essa movimentação da revista tem sido fortalecida, principalmente, diante da oferta de planos de aulas alinhados à BNCC e

³ Evento de Educação e Tecnologia da América Latina.

das matérias publicadas a favor do documento. Cumpre assinalar que, em maio de 2021, a revista lança um projeto de planos de aula, cuja iniciativa é descrita como sendo:

[...] a primeira ação em escala nacional a criar materiais online e gratuitos, para sala de aula, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. O objetivo do projeto é disponibilizar o passo a passo de aulas, com ideias de boas atividades, dicas de mediação com a turma, resoluções comentadas e materiais de referência para todos os professores do Brasil. (NOVA ESCOLA, 2021, n. p).

Para além disto, a revista, em parceria com o Instituto Gerdau, produziu um material voltado à educação empreendedora desde a educação infantil considerando os princípios da BNCC e, por conseguinte, das competências socioemocionais. A postura proativa, engajada e colaborativa são alguns objetivos a serem alcançados a partir de projetos pedagógicos que visam a formar pelas bases do empreendedorismo, na ânsia de fazer “[...] os educadores despertarem e motivarem os alunos para a construção de ideias inovadoras, auxiliando a formação de cidadãos críticos, autônomos, transformadores e empreendedores.” (FERREIRA, 2020, n. p).

Outro ponto a considerar na análise sobre a BNCC diz respeito ao conjunto de *slogans* que cerceiam o documento, cuja mensagem, em grande maioria, traduz a necessidade da lógica reformista na educação para as demandas econômicas e empresariais. A exemplo, elencamos o Todos pela Educação, grupo composto por uma série de representantes do setor privado e que tem se dedicado a participar ativamente da elaboração de políticas educacionais, como faz o Movimento pela Base (MPB), mantendo uma aproximação com Secretarias de Educação, com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) para a articulação de estruturas que defendam permanentemente o neoliberalismo, isso a partir de uma descrição fantasiosa de avanços para a educação. O Todos pela Educação reverbera a ideia de que os problemas educacionais são assuntos a serem discutidos por todos, inclusive pelo empresariado, e não somente pelos professores e especialistas da área.

Somando a esta discussão, em junho de 2021, o MPB apresenta, por meio do seu observatório, os Embaixadores da BNCC, “[...] um grupo formado por técnicos municipais e estaduais de todo o Brasil mobilizados pela mesma causa que acreditamos: a implementação da BNCC como caminho para garantir uma educação de qualidade e com mais equidade para todos os estudantes do Brasil.” (MPB, 2021, n. p).

Trata-se de um conjunto de representantes espalhados por diversas regiões do país, cuja seleção deu-se a partir do rendimento e do comprometimento de tais agentes sob as boas práticas de implementação da BNCC – e que, diante disso, são indicados para o trabalho de orientação dos professores. Cumpre assinalar que essa proposta é organizada a partir de cursos de formação para que os profissionais atuem assumindo os princípios das competências e habilidades.

Os embaixadores seriam, portanto, “influenciadores” dedicados a convencer professores e demais profissionais da educação a consumir a BNCC e a se apropriar, em função dessa, da pedagogia das competências.

Chaves e Evangelista (2021) afirmam que há dois princípios essenciais nessa estratégia: a conversão e o engajamento. A conversão dos professores seria voltada à aceitação e ao uso das propostas estabelecidas na base, sendo engendradas em dispositivos publicitários, visando, principalmente, a conformar os profissionais da educação no sentido de promover um consumo fiel das proposições delineadas na BNCC a partir de suas ações. Já o engajamento é descrito como sendo:

[...] a palavra de ordem nas propostas de formação docente, das oficiais e das urdidas por Organizações Multilaterais; trata-se de um ‘engajamento’ o mais esvaziado possível de fundamentos políticos e epistemológicos, amparado no *praticismo* servil ao capital, lastreado no desenvolvimento de habilidades e competências. (CHAVES; EVANGELISTA, 2021, n. p. – grifo das autoras).

Analisando a formação que parte dos princípios da pedagogia das competências, entendemos que para a garantia dos interesses privatistas na educação escolar é preciso uma fundamentação em bases conceituais que se alinham a esses interesses. Este é, portanto, o papel que a corrente assume dentro da BNCC e das demais propostas que dela se originaram.

A pedagogia das competências propõe uma formação para o mercado de trabalho. Para esses fins, forma o indivíduo para contribuir

com a sociedade vigente “[...] sempre associada à capacidade de o sujeito desempenhar-se satisfatoriamente em reais situações de trabalho, mobilizando os recursos cognitivos e sócio-afetivos, além de conhecimentos específicos.” (RAMOS, 2006, p. 285).

Tendo em vista que estamos inseridos em uma sociedade capitalista, cumpre assinalar que a formação que se pretende estabelecer a partir dessa concepção é posta a partir de uma formação técnica e instrumental, pautada na ação, produzindo trabalhadores eficientes e participativos para atender às demandas da contemporaneidade.

2. As investidas governamentais para o avanço das propostas privatistas no Brasil

Não é de hoje que o viés neoliberal tem orientado as políticas educacionais para colocar no centro das discussões os princípios mercadológicos. Nesta direção, apresenta-se como uma solução aos problemas existentes na mesma medida em que conquista espaço nas políticas públicas para consolidação de interesses. Mediante a tal contexto, a interferência mínima do Estado nas tomadas de decisões é a condição fulcral para que o mercado consiga organizar as demandas para solucionar os problemas existentes.

A partir de Laval (2019) entendemos que a lógica mercantilista na educação tem buscado ampliar estes horizontes neoliberais, uma vez que se manifesta com base em argumentos voltados à necessidade de repasse do orçamento público para o financiamento escolar – e soma-se a essa lógica a defesa da transmissão das proposições meritocráticas por meio da educação.

Contextualizando, o Estado, principalmente a partir dos anos de 1990, cede lugar ao mercado para a tomada de decisões que permitam a legitimação de interesses privatistas assegurados por dispositivos legais. Em análise sobre a falácia do avanço social, Freitas aponta que:

[...] o Estado é o principal inimigo da geração da qualidade social, pois é um mau gestor (Schuler, 2017) e impede o funcionamento da lógica do mercado, devendo, portanto, ser reduzido a um mínimo e – mais importante – sem possibilidade de interferir no mercado, o que atrapalharia sua lógica natural. (FREITAS, 2018, p. 31).

Essa roupagem mercantilista leva-nos a pensar com preocupação sobre o cenário educacional, uma vez que, sem a intervenção do Estado e com o abrir das portas para o mercado, a educação pública fica subordinada à ameaça do controle empresarial, cujo objetivo concentra-se na obtenção de lucros e vantagens aos seus representantes majoritários. Nessa conjuntura, a educação escolar passa a ser terreno fértil para o planejamento e a execução de ações voltadas para as camadas populares, salvaguardando, sempre, os interesses das elites.

O projeto de repasse de verbas para os setores privados vem sendo consolidado com maior intensidade desde de 2016, após o golpe que colocou à frente da presidência da República Michel Temer, que nomeou, ao MEC e às demais pastas, representantes alinhados aos grupos privados. Contudo, sendo coerente com os acontecimentos que marcam a nossa atualidade, no governo de Jair Bolsonaro, o que vivenciamos é uma onda gigantesca de retrocessos que deterioram não somente os serviços educacionais, mas, também, a própria economia, a saúde, a acessibilidade social, a segurança pública e os demais serviços básicos que deveriam atender às demandas daqueles que necessitam e fazem uso desses serviços.

A forma fetichizada nos discursos é estruturada com a intenção de convencer a opinião pública sobre determinados projetos. Na educação, as investidas para o convencimento dos pais e da comunidade escolar são uma estratégia para dar luz às possibilidades de criação de determinadas propostas que tendem a favorecer os privatistas.

Freitas (2021) atenta para a existência de um esquema voltado à ampliação de oferta de *vouchers* – principalmente na educação infantil. Esse dispositivo indica uma forma orquestrada de promover vantagens aos donos de escolas particulares do país e dos grupos privados envolvidos nesse processo, isto porque os recursos destinados à escola pública passam a ser direcionados, como resultado de tal proposta, às escolas privada, comprometendo a manutenção e precarizando cada vez mais a escola pública e o processo de educação escolar dos trabalhadores e seus dependentes.

Referente aos *vouchers*, recentemente, o governo aprovou o Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta o Programa Auxílio Brasil – instituído a partir da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021 –, e planeja fazer avançar, a passos largos, os interesses dos privatistas. Conforme o art. 1º da referida MP, o

programa social, em substituição ao Bolsa Família, pretende estabelecer ações voltadas:

- I - ao fortalecimento das ações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- II - à transferência direta e indireta de renda;
- III - ao desenvolvimento da primeira infância;
- IV - ao incentivo ao esforço individual; e
- V - à inclusão produtiva rural e urbana, com vistas à emancipação cidadã. (BRASIL, 2021, n. p.).

De acordo com a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo Dilma Rousseff, Tereza Campello, em entrevista à Rede Brasil Atual (2021), diz que o novo auxílio irá retirar o acesso ao programa de 22 milhões de beneficiários. De modo oportuno, a ex-ministra alerta para a desordem nos municípios, pois a proposta extingue o projeto anterior e recria outro que desmonta o modo de organização da transferência de renda. De acordo com o *site* Rede Brasil Atual:

A proposta de Bolsonaro ainda altera a concepção do Bolsa Família e torna sua execução impossível, de acordo com a economista. Ela contesta o que classifica como “penduricalhos”. De redação confusa, a MP estabelece modalidades distintas de benefícios, sem transparência e critérios evidentes. Cita, por exemplo, a criação de um “auxílio esporte escolar” e uma “bolsa de iniciação científica júnior”

[...]

o governo Bolsonaro acaba com as premissas sociais, de garantir acesso à saúde e combater a evasão escolar, para atender interesses do setor privado. Entre as mudanças contidas na MP, a gestão federal quer que até 30% do valor do benefício possa ser descontado na fonte para abater empréstimos consignados – vistos como solução para reduzir os impactos da pobreza. A medida pode levar ao endividamento e à inadimplência das famílias. “Estão pegando algo certo e que funciona, jogando na lata do lixo, e trocando por uma aventura”. (REDE BRASIL ATUAL, 2021, n. p.).

Tomando como base a educação infantil, o programa prevê o Auxílio Criança Cidadã, que trata, especificamente, da proposta de destinar verba pública para as instituições particulares que serão credenciadas pelo governo, que, por sua vez, deverão comprometer-se a atender aos alunos da rede pública. De acordo com Emily Santos, em

matéria publicada no *site* G1 Educação:

A criação do Auxílio Criança Cidadã é criticada pelos especialistas da educação, principalmente por representar o fim do programa Brasil Carinhoso. O programa era responsável pelo repasse de verba do governo federal aos municípios a fim de garantir vagas em creches públicas ou conveniadas com o poder público. (SANTOS, 2021, n. p).

Em síntese, a forma como o programa é conduzido faz com que os municípios percam recursos que poderiam ser investidos em estruturas e em melhores condições de atendimento a um prazo maior e, inclusive, a um maior número de alunos. O que se observa, neste sentido, são os planos mercadológicos que fazem da educação pública uma fonte de arrecadação lucrativa.

Não distante de tal linha de raciocínio, também nos preocupamos com a adoção desse mecanismo, visto que não visualizamos, a partir dele, as possibilidades de ampliação de espaços públicos para promover o atendimento dos dependentes da classe trabalhadora. Nesta propositura, a educação escolar pública sempre estará em desvantagem e continuará sendo alvo de ataques que desqualificam sua importância para a formação dos sujeitos e para contribuição da transformação da sociedade, que se faz cada dia mais necessária.

O fato é que não necessariamente essa medida será capaz de garantir aos seus usuários uma educação de qualidade. Sabe-se, pois, que os processos discriminatórios são ascendentes no Brasil e que os *vouchers* tendem a contribuir com o avanço de tais proposições discriminatórias. Ademais, cumpre assinalar que, ao expor a criança da primeira infância a este tipo de situação, os avanços de processos em formatos excludentes são avolumados, interferindo de forma negativa no desenvolvimento infantil.

No *site* do Movimento pela Base, observamos que as grandes referências externas para compor o quadro de estudos e pesquisas são pautadas em experiências vindas da Austrália, do Chile e dos Estados Unidos da América (EUA). Nota-se, neste sentido, que tais experiências são acolhidas sem ao menos considerar a distinção, em termos de condições de vida, entre esses territórios e o Brasil. De igual modo, nota-se que a redução das desigualdades existentes não é uma preocupação a ser considerada pelos reformistas que atuam para que essas propostas sejam concretizadas.

Os neoliberais – adoradores de vouchers – querem com eles criar mercado educacional, pois confiam sempre que isso gera qualidade – mesmo que isso não ocorra de fato – é crença e não ciência. Os conservadores aprovam a ideia por outro motivo: eles esperam, com isso, acessar diretamente recursos públicos e fazer crescer o parque de escolas ligadas a entidades religiosas que em sua proposta ideológica tem a função de proteger os valores da “grande tradição”. (FREITAS, 2021, n. p).

Para além dos *vouchers*, outra referência a experiências internacionais que tem sido acolhida no Brasil são as Escolas Charters (escolas contratadas pelo poder público). Nas palavras de Laval (2019, p. 139), “[...] essas escolas, sob gestão direta no plano administrativo e pedagógico, se tornam assim filiais de sociedades com ações na bolsa de valores cujo objetivo é obter lucro.”

Ao debruçar-se sobre o tema, Ravitch elenca pontos importantes sobre a dinâmica das Escolas Charters:

1. As escolas charter **não** são **mais inovadoras do** que as escolas públicas. A única inovação associada aos estatutos são as práticas disciplinares severas chamadas “Sem desculpas”, onde as crianças são punidas por pequenas infrações de regras estritas. A maior rede charter em Chicago, a Noble Network, anunciou recentemente que estava se livrando do “sem desculpas” porque é uma política racista, destinada a forçar as crianças negras a adotarem os valores da classe média branca.
2. As escolas charter **não** são **mais responsáveis do** que as escolas públicas. Na maioria dos estados, as associações regulamentadas lutam contra qualquer esforço para impor responsabilidade ou transparência. Eles não querem ser auditados por auditores independentes. A única vez em que eles são responsáveis é quando fecham as portas por causa do baixo índice de matrícula ou fracasso escolar abjeto.
3. As escolas charter **não custam menos do** que as escolas públicas. Eles geralmente exigem o mesmo financiamento público que as escolas públicas, embora as escolas públicas arquem com alguns de seus custos, como transporte, e mesmo que tenham menos alunos com necessidades especiais do que as escolas públicas. Em alguns estados, como o Texas, as escolas charter recebem mais dinheiro público do que as escolas públicas.
4. As escolas charter **são menos eficazes do** que as escolas públicas. Aqueles que têm notas altas em testes escolhem seus alunos e famílias com cuidado e expulsam aqueles que não querem. Em média, eles não superam as escolas públicas e gastam mais dinheiro em administração do que as escolas públicas. Em alguns estados, como Ohio, a maioria

das escolas charter são classificadas como D ou F. (RAVITCH, 2021, n. p, grifo da autora).

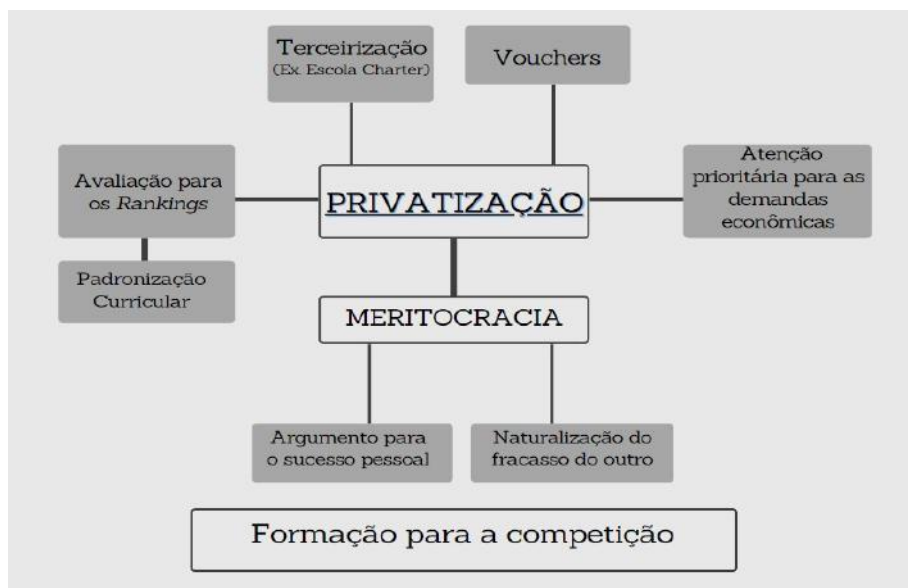
Nos EUA, a Escola Charter *Online* foi consolidada sob o argumento de promover a educação dos seus alunos em tempos de pandemia. Todavia, a proposta vinha com a intenção de se firmar permanentemente, enfraquecendo a escola pública e favorecendo os processos de privatização. A empresa que administrava esse serviço nos EUA, a K12 Inc. (provedora de escolas charter virtuais com fins lucrativos nos EUA), enriqueceu consideravelmente durante a jornada pandêmica. Sob investigação, constatou-se que, além de precarizar o trabalho dos seus professores e de pressioná-los quanto à aprovação de alunos, um escandaloso esquema de corrupção descoberto sobre o empreendimento (RODOV s.d., *apud*, RAVITCH, 2020). Diante do ocorrido, Ravitch relata:

Eu postei muitas vezes sobre a corrupção embutida na indústria de fretamento virtual com fins lucrativos. O fundador da maior escola charter virtual da Pensilvânia foi condenado à prisão por apropriação indébita de US \$8 milhões. O maior golpe na história dos Estados Unidos envolveu uma rede de fretamento online na Califórnia chamada A3, cujos proprietários conseguiram fazer desaparecer \$50 milhões em fundos do estado. A Sala de Aula Eletrônica do Amanhã (ECOT) em Ohio arrecadou US \$ 1 bilhão ao longo de quase duas décadas, seu proprietário pagou suas empresas pelo fornecimento de serviços, ele fez presentes generosos para funcionários eleitos, mas ECOT declarou falência em 2018 para evitar reembolsar o estado para alunos fantasmas. As histórias de corrupção, apropriação indébita e fraude continuam indefinidamente. (RAVITCH, 2020, n. p).

Em síntese, a autora mostra-nos que as experiências com as Escolas Charters e com o repasse de recursos a instituições privadas – além de fragilizar a escola pública, o trabalho dos professores, o aumento da desigualdade social, o fracasso escolar e a evasão – podem vir a desencadear, para além dos problemas de formação dos sujeitos e da pressão sob professores, a apropriação indevida de dinheiro público.

Na ilustração abaixo, procuramos destacar alguns pontos que merecem atenção no âmbito educacional e que envolvem preceitos privatistas que atentam contra a escola pública de gestão pública.

Figura 1 - A lógica mercantilista na Educação



Fonte: Acervo da autora.

A estratégia para ampliar os horizontes da privatização no cenário educacional considera alguns elementos importantes para o favorecimento de sua implementação. A terceirização de setores públicos e os planejamentos de propostas que favoreçam sua execução são caminhos traçados para o alcance de objetivos que coadunam com os interesses econômicos empresariais, contribuindo, significativamente, com a expansão do capital e a manutenção do *status quo*.

Na perspectiva neoliberal, a ênfase situa-se na padronização dos currículos escolares e nos processos formativos assentados nos princípios da flexibilização, da eficiência, da eficácia, da meritocracia e da gestão de resultados. Na perspectiva de uma educação emancipadora, os princípios traduzem uma formação crítica e de aperfeiçoamento contínuo do ser humano. No limite, são essas perspectivas que subjazem à atuação das instituições e dos atores sociais que disputam a primazia com relação a materialização das políticas públicas de educação. (AGUIAR, 2019, p. 16).

No território escolar, para além do anseio pela formação de trabalhadores adaptáveis e conformados, engendra-se a ideia de que a escola deve dar conta de atingir metas que superem as posições em *rankings* por meio das avaliações padronizadas. Sendo assim, os defensores dessas proposições sentem a necessidade de padronizar os currículos com aquilo que compõe essas avaliações em termos de conteúdo, que, por vezes, são rasos e sem uma fundamentação rica em possibilidades de desenvolvimento integral do ser.

Por fim, colocamos em destaque a meritocracia que se fortalece, na atualidade, na educação da classe trabalhadora com a guinada neoliberal e neoconservadora, cobrando de alunos e profissionais da educação um bom rendimento para fazer jus a um rótulo que os qualificam enquanto sujeitos de sucesso. Nessa propositura, a condição de vida dos indivíduos, o seu acesso a uma educação de qualidade, a disposição de recursos, o investimento, o atendimento a toda a demanda de estudantes, enfim, todos esses e outros fatores fundamentais não são considerados, encaminhando esses sujeitos ao fracasso e culpabilizando-os disso.

Na sociedade de classes a conquista por uma posição no mercado de trabalho é a régua que mede a conquista do ser humano. Neste sentido, a formação dos alunos para competir no mercado de trabalho ganha forma e faz com que seja colocada em segundo plano a necessidade de formar indivíduos politizados e emancipados. Destarte, consideramos que não é à toa que esses projetos têm ganhado forma na atualidade e têm precarizado cada vez mais a formação dos sujeitos em prol das demandas econômicas.

Sem embargo, apresentamos, a seguir, algumas proposições advogadas pela pedagogia histórico-crítica que nos levam a pensar nas possibilidades e na importância de estabelecer e fortalecer a resistência às medidas impositivas planejadas pelos representantes do capital e seus seguidores.

3. A consolidação da resistência a partir da pedagogia histórico-crítica: formar para emancipar

Tratando-se de uma pedagogia socialista, fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pedagogia histórico-crítica, ao colocar

em debate o tema da desmoralização da educação, provoca-nos a pensar em formas de resistência sobre determinadas proposições.

Não por acaso, as medidas que acolhem concepções hegemônicas de domínio atuam em espaços voltados ao desenvolvimento de políticas pensadas para a formação dos futuros trabalhadores, logo, em sua grande maioria, são elaboradas para favorecer a classe dominante.

Buscando refletir sobre formas de frear os processos exploratórios de uma classe sobre a outra, Saviani, em entrevista a Newton Duarte (2019), reforça a necessidade de firmar a resistência coletiva e propositiva aos ditames que desencadeiam os modos mais perversos de existência ao grande conjunto humano. Diante disso:

Cabe, pois, advogar a resistência ativa que implica dois requisitos: *a) que seja coletiva*, pois as resistências individuais não tem força para se contrapor ao poder dominante exercido pelo governo ilegítimo, antipopular e antinacional; *b) que seja propositiva*, isto é, que seja capaz de apresentar alternativas às medidas do governo e de seus asseclas. Essa forma de resistência é indispensável como estratégia de luta por uma escola pública livre das ingerências privadas balizadas pelos interesses do mercado. (SAVIANI, 2020, p. 16-17, grifo nosso).

Pela defesa do lema “a verdade é revolucionária”, Saviani assevera que a educação escolar deve cumprir a tarefa de transmitir os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Com efeito, o autor acredita que a apropriação, pelos sujeitos, das formas mais desenvolvidas de conhecimento “[...] lhes aguçarão a consciência da necessidade de intervir praticamente para dar continuidade ao processo histórico conduzindo-o a um novo patamar.” (SAVIANI, 2019, *apud* DUARTE, 2019, p. 5).

Neste sentido, acentua Saviani (2018) que o ensino pensado para as classes populares deve ser organizado a partir de conteúdos ricos em fundamentação científica, artística e filosófica. Tendo em vista que esses conteúdos instrumentalizam a classe trabalhadora contra as faces exploratórias dos dominantes, a burguesia vem, historicamente, tentando reter para si tudo aquilo que existe de mais desenvolvido produzido pelo conjunto dos homens, sendo essas produções, por vezes, resultados dos embates travados a partir das lutas de classes. Pormenorizando, nas palavras de Saviani (2018, p. 45), “[...] o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar

o que os dominantes dominam é condição de libertação.”.

Cumpra assinalar que tal intervenção precisa ser previamente planejada para que haja a composição coletiva, como indica a pedagogia histórico-crítica. Para tanto, o desenvolvimento da consciência social da classe trabalhadora faz-se indispensável para a promoção de uma resistência ativa.

Neste sentido, a pedagogia histórico-crítica mantém-se atenta aos princípios reformistas, às demandas privatistas e às proposições curriculares alinhadas a uma concepção pedagógica hegemônica. Portanto, além de ser uma teoria pedagógica de cunho marxista, a pedagogia histórico-crítica reflete uma concepção de mundo que é comprometida com os interesses e os direitos da classe trabalhadora. Assim sendo, coloca-se como oposição às medidas impositivas que deterioram a formação dos sujeitos e subalternizam a classe trabalhadora.

[...] a pedagogia proposta, uma vez que se pretende a serviço dos interesses populares, terá contra si os interesses até agora dominantes. Trata-se, portanto, de lutar também no campo pedagógico para fazer prevalecer os interesses até agora não dominantes. E esta luta não parte do consenso, mas do dissenso. O consenso é vislumbrado no ponto de chegada. Para se chegar lá, porém, é necessário, pela prática social, transformar as relações de produção que impedem a construção de uma sociedade igualitária. (SAVIANI, 2018, p. 60).

A escola contribui, significativamente, para a transformação da sociedade. Para tanto, é necessário considerar as raízes históricas que possibilitaram a continuidade da existência humana com o passar dos tempos, haja vista que “[...] agindo sobre a natureza, ou seja, trabalhando, o homem vai construindo o mundo histórico, vai construindo o mundo da cultura, o mundo humano. E a educação tem suas origens nesse processo.” (SAVIANI, 2013, p. 81).

Sendo assim, cumpre assinalar a importância do processo de transmissão do conhecimento elaborado, que, quando feito de forma intencional e organizada, favorece o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, nutrindo ricas possibilidades para a formação integral do ser humano – podendo, esse, vir a ser um sujeito consciente, com visão de mundo ampla, capaz de questionar criticamente sobre elementos que geram inquietação e desordem.

No âmbito das políticas educacionais é relevante pontuar que a forma como vêm sendo orquestrados os direcionamentos e objetivos legais dificilmente resultará em escolas eficazes. O recrutamento de nomes alinhados aos setores empresariais e privatistas para a ocupação em cargos que estipulam os trajetos da educação tendem a fragilizar e a comprometer os avanços até então conquistados.

A educação, diante da sociedade de classes, é um ato político (SAVIANI, 2020). Tal proposição precisa ser acolhida nas discussões que assumem uma posição contra-hegemônica, para que não se corra o risco de entregarmos a educação da classe trabalhadora de bandeja aos dominantes. Deste modo, é oportuno resgatar de Saviani (2020, p. 16) que “[...] o povo, para se transformar de súditos a cidadãos, isto é, para ser capaz de governar ou de eleger e controlar quem governa, deve ser educado. Para esse fim é que foi instituída a escola pública universal, obrigatória, gratuita e laica.”

Posto isto, Saviani (2020) não deixa de mencionar a necessidade das articulações dos fóruns municipais, estaduais e nacional com o corpo docente e com os sindicatos e movimentos sociais que também estão sob ataque. É preciso, pois, que a classe trabalhadora em geral esteja atenta e resistente, tendo consciência de que o mercado não é capaz de fornecer uma educação pública de qualidade, tampouco uma educação emancipadora.

4. Conclusões

No espaço desta produção procuramos apresentar algumas provocações que nos levam a refletir sobre os projetos que estão sendo formulados para a educação na atualidade. A BNCC tem servido de suporte para fazer avançar propostas de formação acrítica e adaptativa e, neste cenário, são abertas as possibilidades de atuação dos privatistas em prol dos seus interesses.

O desmonte da educação pública vem sendo engendrado por agentes e representantes de setores econômicos porque sabem da grandeza em formar sujeitos emancipados e com condições de organizar o pensamento a partir de uma leitura fidedigna do mundo que os cerca. É certo, com isso, que tal formação coloca em risco os planos de perpetuação de uma determinada classe, que busca explorar os trabalhadores para consolidar seus projetos de domínio.

Convém destacar que, ao abordarmos a BNCC e seu marco conceitual, precisamos nos atentar ao modelo de ser humano que se pretende formar a partir dos princípios advogados por esse documento.

Paralelo a isso, além de ser uma base que manifesta o tecnicismo e o pragmatismo, é preciso atentar-se, também, ao fato das empresas, fundações e institutos que estimam a BNCC estarem se esforçando para a disseminação das competências socioemocionais, com vistas a formar o sujeito adaptável, resiliente, harmonioso, prestativo, eficiente, entre outros atributos que contribuem para conformar os sujeitos de que o capitalismo é a única alternativa para os avanços. A partir desses princípios, são rejeitados quaisquer tipos de formação que priorizem o desenvolvimento de uma concepção de mundo materialista histórica-dialética que busque a superação deste modelo de sociedade.

Posto isto, discutir BNCC, a intensa valorização das competências socioemocionais e os programas de *vouchers* e de Escolas Charters nunca foi tão necessário como é na atualidade. A educação está sob ataque, com vistas a atender às demandas do capital, que cobra dos professores bons desempenhos, prima pelo desenvolvimento de competências que contribuam para a formação de sujeitos adaptáveis e que, em grande medida, interfere no direcionamento de recursos que já são restritos e que não deixam de ser necessários para as camadas populares.

Aos professores que se recusam a ser meramente técnicos e treinadores, o comprometimento contra as demandas privatistas faz-se urgente, rejeitando projetos meritocráticos, de Escolas Charters, de *vouchers* e de propostas que esvaziam a educação escolar pública do acesso aos conhecimentos sistematizados – como apresentado na BNCC.

A escola não deve tornar-se uma empresa privada. A educação pública de gestão pública não deve ser submetida às condições mercadológicas e neoliberais. É preciso resistir!

Referências

ACCIOLY, I.; LAMOSA, R. de A. C. As competências socioemocionais na formação da juventude: Mecanismos de coerção e consenso frente às transformações no mundo do trabalho e os conflitos sociais no Brasil. *Vértice*, Campos dos Goytacazes, v. 23, n. 3, p. 706-733, set./dez. 2021.

Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15976>. Acesso em: 6 set. 2021.

AGUIAR, M. A. da S. Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0225329, p. 01-24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fdCK8QDyRGNwBFWKsMYtvFv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021**. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. D.O.U.: Brasília, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10852.htm Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. D.O.U., Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm Acesso em: 30 jul. De 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto**. Institui o Programa Auxílio Brasil e Alimenta Brasil, e dá outras providências.: Brasília, D.O.U., 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CHAVES, P. M.; EVANGELISTA, O. Embaixadores da BNCC: o capital educador renomeia seus prepostos. *Jornal Online: Contra Poder*, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/embaixadores-da-bncc/>. Acesso em: 3 set. 2021.

CORRÊA, A.; MORGADO, J. C. A construção da Base Nacional Comum Curricular no Brasil: tensões e desafios. *In: Anais do Colóquio Luso-Brasileiro de educação - IV COBEDUCA*, UDESC, UMinho e UFPA. Portugal: Braga e Paredes de Coura, v.03, 2018, p. 01-12. Dispo-

nível em: file:///C:/Users/rafae/Downloads/12979-Texto%20do%20artigo-42518-1-10-20180523%20(1).pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

DUARTE, N. Entrevista com o professor Dermeval Saviani: Pedagogia Histórico-Crítica na atualidade. **Revista Colloquium Humanarum**, v. 16, n. 2, p. 4-12, 2019. Disponível em: <http://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3121>. Acesso em: 16 set. 2021.

FERREIRA, A. R. O que é Educação empreendedora e como colocá-la em prática na escola? Website: **Nova Escola**, 20 maio 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19150/o-que-e-educacao-empreendedora-e-como-coloca-la-em-pratica-na-escola>. Acesso em: 6 set. 2021.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. de. Auxílio Brasil: desfinanciamento da rede pública por vouchers. **Avaliação Educacional - Blog do Freitas**, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2021/08/13/auxilio-brasil-desfinanciamento-da-rede-publica-por-vouchers/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **As competências socioemocionais no cotidiano das escolas**. Estante do Educador. : , [entre 2019 e 2022. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/documentos/instituto-ayrton-senna-as-competencias-socioemocionais-no-cotidiano-das-escolas.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

JOHANN, R. C. **Base Nacional Comum Curricular**: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino) – Secretaria Estadual de Educação do Paraná - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2021.

LAVAL, C. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Marianan Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MALANCHEN, J.; SANTOS, S. A. Políticas e Reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a Base Nacional Curricular Comum e a Pedagogia das Competências. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas: São Paulo. UNICAMP, v. 20, p. 1-20. jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656967/22647>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MOREIRA, J. A. da S. Reformas Educacionais e Políticas Curriculares para a Educação Básica: prenúncios e evidências para uma resistência ativa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 199-213, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/viewFile/27355/16674>. Acesso em: 2 jun. 2021.

MOVIMENTO PELA BASE. Conheça os Embaixadores da BNCC. Website: **Observatório Movimento pela Base**, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/conheca-os-embaixadores-da-bncc/>. Acesso em: 4 set. 2021.

RAMOS, M. N. R. **A Pedagogia das Competências**: autonomia ou adaptação? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAVITCH, D. Florina Rodov: as escolas charter virtuais são um desastre educacional. **Blog de Diane Ravitch**, 2020. Disponível em: <https://dianeravitch.net/2020/09/25/florina-rodov-virtual-charter-schools-are-an-educational-disaster/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

RAVITCH, D. Texas: as escolas públicas são melhores do que as escolas charters: Pare o fracasso no financiamento! **Blog de Diane Ravitch**, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://dianeravitch.net/2021/04/07/texas-public-schools-are-better-than-charter-schools-stop-funding-failure/>. Acesso em: 7 set. 2021.

REVISTA NOVA ESCOLA. Sobre os planos de aula. Website: **Revista Nova Escola**, 12 maio 2021. Disponível em: <https://>

novaescola.org.br/conteudo/20344/sobre-os-planos-de-aula. Acesso em: 6 set. 2021.

SÃO PAULO. **Plano Estratégico 2019-2022 da SEDUC-SP**. Governo de São Paulo, São Paulo: SP, 2019. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Coletiva-socioemocionais-18-5.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

SANTOS, E. Auxílio Criança Cidadã: novo programa do governo pode aumentar desigualdade na educação infantil, dizem especialistas. **G1 Educação**, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/13/auxilio-crianca-cidada-novo-programa-do-governo-pode-aumentar-desigualdade-na-educacao-infantil-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 43. ed Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, D. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, jan./dez. p. 1–18, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512> Acesso em: 30 jul. 2022.

SOUZA, A. G. de; EVANGELISTA, O. Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador. **Contra Poder**, 15 ab. 2020. Disponível em: https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/#_ftn4. Acesso em: 29 ago. 2021.

Rede Brasil Atual. Tereza Campello: novo ‘Bolsa Família’ terá 22 milhões de beneficiários a menos, Website: **Rede Brasil Atual**, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/08/novo-bolsa-familia-exclui-22-milhoes-de-beneficiarios-bol/>. Acesso em: 17 set. 2021.

YOSHIDA, S. Crianças precisam aprender habilidades socioemocionais na escola. **Revista Nova Escola**, 10 maio 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11731/criancas-precisam-aprender-habilidades-socioemocionais-na-escola>. Acesso em: 6 set. 2021.